



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

UM DIÁLOGO DOS TEMPOS: RACISMO E ANTI-RACISMO NA PRIMEIRA REPÚBLICA E O TRABALHO COM BIOGRAFIAS DE PERSONAGENS NEGROS EM SALA DE AULA NA ATUALIDADE.

Carolina Vianna Dantas

Bolsista PRODOC/CAPES no Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal Fluminense

ninavianna@gmail.com

1.

Desde a publicação dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1996) identifica-se importantes mudanças nos livros didáticos e nos currículos dos cursos universitários de história, sobretudo a partir da incorporação da ideia de pluralidade cultural e do combate ao racismo. Pouco tempo depois, vieram as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana* (2004), que de modo mais amplo também vêm sendo incorporadas aos cursos de formação de professores e às reflexões dos historiadores.

No caso dos livros didáticos de história, por exemplo, os que buscaram acompanhar estas perspectivas normativas esforçaram-se para introduzir conteúdos que promovam a convivência entre tradições e práticas culturais diferentes e problematizem as desigualdades raciais no país. Por outro lado, ainda permanecem, em sua maioria, reproduzindo a associação dos afrodescendentes com a escravidão, naturalizando-a. Essa associação dificulta o reconhecimento do protagonismo político destes sujeitos históricos, para além da luta contra seus senhores e da resistência à escravidão. Depois da abolição os afrodescendentes desaparecem da História do Brasil ensinada. (MATTOS; ABREU; DANTAS; MORAES, 2009)

Entretanto, é interessante constatar que as próprias *Diretrizes...* também colocaram em xeque a escrita da História dos afrodescendentes. Como apontado por Abreu e Mattos, o documento abre possibilidades para o resgate de outras memórias e histórias sobre as lutas políticas e culturais dos afrodescendentes, incentivando a busca pela sua história após a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

abolição. (MATTOS; ABREU, 2006) É nessa direção que as *Diretrizes...* sugerem o trabalho com biografias de personalidades negras que tenham se destacado em diferentes áreas ao longo do século XX no Brasil. (MEC, 2004. p. 22)

Em perspectiva crítica e renovada, o trabalho com biografias pode ajudar a trazer à tona, através de experiências concretas, as diversas possibilidades que homens e mulheres negros conseguiram criar para modificar os destinos que lhes tentaram impor para muito além da experiência da escravidão. Mas, a orientação das *Diretrizes...*, já alertaram Mattos e Abreu, é particularmente sujeita à iniciativa de escolas e professores de heroicizar personagens históricos negros, apenas replicando o que a historiografia dominante fazia com personagens brancos. (MATTOS; ABREU, 2006)

Assim, ensinar história a partir de biografias de personagens de destaque não é tarefa simples, já que temos de lidar com uma longa tradição escolar de celebração da figura do herói. (RIBEIRO, 2008) Ao serem eleitos como heróis, os personagens históricos são retirados do movimento da história, perdendo sua dimensão social e contraditória. Por isso, a abordagem de uma trajetória de vida deve ser realizada a partir de determinadas questões e problemas, com a intenção de ir mais longe e refletir sobre a vida social em sua própria dinâmica. (HOBBSAWM, 1991, p. 41) Conjugadas a questões específicas, a abordagem de histórias de vida em sala de aula deve deixar de ser uma tentativa de construção de contra-heróis para se tornar uma estratégia eficaz de abordagem da pluralidade da própria experiência negra no país.

É nesse sentido que a trajetória do advogado, político e líder negro Monteiro Lopes (PE, 1867- RJ, 1910) pode servir como exemplo do modo através do qual experiências de discriminação racial e de luta contra racismo podem servir como instrumento para a desnaturalização do papel inferiorizante comumente atribuído os afrodescendentes na história do Brasil e das próprias formas de manifestação do racismo na atualidade, como piadas, chistes e apelidos racistas, tão enraizados no cotidiano escolar brasileiro. Como demonstraram Abramovay e Castro a partir de uma ampla pesquisa em escolas brasileiras, as piadas, xingamentos e apelidos racistas direcionados à crianças e jovens negros não podem mais ser encarados como brincadeira ou algo ingênuo e sem consequências, como



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

geralmente acontece na comunidade escolar. Afinal, tal forma de manifestação do racismo tem um impacto comprovadamente negativo na auto-estima do aluno negro, influenciando em seu desempenho escolar. (ABRAMOVAY; CASTRO, 2006)

A abordagem crítica da trajetória do “deputado negro” permite historicizar e problematizar, através de um exemplo concreto, as formas diferenciadas de ser negro, de se conviver com o racismo e de combatê-lo nos diversos contextos da história brasileira.

2.

“Negro retinto” (BELLO, 1958, p. 64); “homem de cor” (ALENCAR, 1965, p. 71); “homem público (...) afamado pela inteligência e filho de africanos (...)” (DEODATO, 1962, p. 221); “(...) líder dos negros. Bem falante, trajando com esmero e desfrutando de certo prestígio político (...)” (ALENCAR, 1965, p. 71); “(...) líder da raça negra suando reivindicações a falar sempre, muito alto” (EDMUNDO, 1987, p. 197); “bom negro” (FRANCO, 1955, p. 1284); “histórico republicano, que tinha trovoadas na voz e perdigotos nas palavras (...) de estatura regular, gordo e de cor preta desbotada, beirando a mulato, brincalhão e simpático (...)” (MARTINEZ, 1997, p. 25) Trata-se de Manoel da Motta Monteiro Lopes, um homem bastante conhecido em sua ^駱oça, que se definia politicamente como republicano, socialista não-revolucionário, defensor dos trabalhadores e crítico das políticas estaduais (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 13/09/1910; FRANCO, 1955, p. 625). Vestia-se de maneira formal e sóbria de casaca em tecido pesado e de cor escura e cartola, projetando uma aparência de seriedade e altivez. Nasceu livre em dezembro de 1867 em Recife (PE). Sobre seus pais sabemos que se chamavam Jerônimo da Motta Monteiro Lopes e Maria de Paula Lopes, sendo impossível determinar se viveram a experiência do cativo, se eram africanos ou brasileiros.

Monteiro Lopes fez seus primeiros estudos no Ginásio de Pernambuco, de onde saiu em 1883 com o diploma de bacharel em humanidades. No mesmo ano matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, formando-se em 1889. Em 1894, estabeleceu-se na cidade do Rio, então capital da república, exercendo o ofício de advogado. Ali, rapidamente conseguiu conquistar reconhecimento público, pois em 1903 foi eleito intendente



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

municipal. Se associou a algumas instituições e locais importantes, frequentando seus espaços. (SIRINELLI, 1996, p. 46) Sabemos que participava das atividades da *Sociedade União dos Homens de Cor do Rio de Janeiro* e que era membro da *Irmandade de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário* e mantinha relações políticas estreitas com os trabalhadores negros do *Centro Internacional Operário*. Também manteve contato com associações negras fora do Rio de Janeiro, como a *Federação Paulista dos Homens de Cor*, o *Colégio São Benedito* e com lideranças negras e operárias, como Rodolpho Xavier, de Pelotas, e Benedito Florêncio, de Campinas. Essa rede de sociabilidades indica que Monteiro Lopes transitava nos meios intelectuais, políticos, operários e associativistas, exercendo uma dupla militância, já que era uma liderança para trabalhadores negros. Suas reivindicações e projetos políticos defendidos na Câmara priorizavam a luta por direitos trabalhistas.

Ligado ao operariado das fábricas e trabalhadores municipais de baixo escalão, manteve contato direto com as sociedades de resistência dos trabalhadores em café, em carvão e em trapiches; militares de baixa patente e alferes; operários do Arsenal da Marinha; mestres da locomoção; operários da fábrica de cartuchos de Realengo, bagaceiros da Estrada de Ferro Central do Brasil, operários do Engenho de Dentro, operários da Imprensa Nacional, trabalhadores do serviço de prevenção à febre amarela, trabalhadores das capatazias da Alfândega e “associações onde o elemento preto superabunda” (A TRIBUNA, 04/05/1909). Essa é uma pista indica que possivelmente muitos desses trabalhadores identificaram-se com Monteiro Lopes em função de afinidades raciais, sobrepondo aproximações por ofício ou por tendência ideológica.

No ano de 1909, já cansado de ser eleito e não diplomado, Monteiro Lopes resolveu mudar de estratégia política: vinculou-se ao *Partido Republicano Democrata* ♦ uma organização aberta a diversas tendências políticas e a livres pensadores (CARETA, 30/01/1909), tendo como peças centrais do seu programa a ampliação da instrução pública e o sufrágio popular (A TRIBUNA, 16/01/1909) e candidatou-se ao cargo de deputado federal.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Pela repercussão na imprensa, Monteiro Lopes deve realmente ter trabalhado muito na divulgação de sua candidatura em 1909. Na época, comentavam que Monteiro Lopes passou por graves dificuldades financeiras em fundo dos gastos com a campanha. (VIEIRA, 1980, p. 49). Exagero ou não, as fontes evidenciam o grande investimento pessoal de Monteiro Lopes em conquistar um lugar na Câmara dos Deputados.

Após as eleições, contagens officiosas publicadas na imprensa confirmavam que Monteiro Lopes havia sido eleito deputado novamente. Mas, ainda no mês de fevereiro, a imprensa passou a noticiar a existência de rumores de que Monteiro Lopes não seria reconhecido. Os boatos diziam que, o então presidente, Afonso Pena e o Ministro das Relações Exteriores Barão do Rio Branco não queriam um negro na Câmara dos Deputados, pois isso envergonharia o país.

Mesmo com algumas declarações na imprensa a seu favor, diante dos rumores de que não seria reconhecido por ser negro, em 15 de fevereiro de 1909, Monteiro Lopes realizou uma grande reunião com “homens de cor” no *Centro Internacional Operário* para tratar da sua possível exclusão da Câmara. Entre outras coisas, deliberaram: pedir apoio às corporações, aos sindicatos, à imprensa, às organizações compostas por homens negros na cidade do Rio e em todo o país; enviar um “memorial” a Rui Barbosa, pedindo que como representante do Estado da Bahia “onde a maioria é gente de cor”, aconselhasse a bancada baiana a não deixar que Monteiro Lopes, eleito pelo povo, fosse excluído da representação nacional por ser negro; dirigir uma mensagem ao presidente da província de Minas Gerais, Venceslau Brás, para que aconselhasse a bancada do seu estado a praticar os preceitos republicanos pregados pelo “inesquecível estadista João Pinheiro”; fazer uma manifestação pública e solene à imprensa livre e independente, que junto com o povo, disseram os aliados de Monteiro Lopes, “(...) têm combatido o atentado que maus brasileiros projetam, como seja, excluir da representação nacional o Dr. Monteiro Lopes, julgando incompatível sua cor para fazer parte da Câmara dos Deputados, apesar de legalmente eleito.”; convocar “um grande comício popular, onde será, dentro da ordem e da lei, lida uma enérgica mensagem contra o odioso sistema que se pretende implantar no regime republicano, fazendo-se distinção de raças e de castas, criando-se privilégios de cor, cindindo-se



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

estupidamente a família brasileira.”

Ao término da reunião, esses “homens de cor” fizeram questão de registrar que deram “vivas república, à imprensa livre e memória de João Pinheiro.” Com um desses vivas: “Viva a República sem o preconceito de cor!”, “todos se dispersaram na melhor ordem”, de acordo com a ata assinada pela *Comissão permanente contra a exclusão de Monteiro Lopes* publicada nos jornais. (CORREIO DA MANHÃ, 16/02/1909)

A intenção, portanto, era denunciar e combater o suposto plano de exclusão e expor publicamente a discriminação racial a que estaria sendo submetido o advogado “líder dos pretos”. A estratégia utilizada foi mobilizar indivíduos e entidades negras por todo país, pressionar os chefes políticos estaduais, fazer uso de espaços públicos, como a imprensa e comícios, para convencer a opinião pública da causa.

A reunião teve grande repercussão em vários jornais (p.e. A OPINIÃO PÚBLICA, 07/04/1909) e, a partir daí, teve início uma importante mobilização de trabalhadores, lideranças e entidades negras nas cidades do Rio, São Paulo, Campinas e arredores, em cidades do Rio Grande do Sul, da Bahia, Ceará e Pernambuco (CORREIO DA MANHÃ, 18/02/1909, 19/02/1909, 07/03/1909 e 04/05/1909). Esse movimento resultou em vários telegramas enviados e publicados nos jornais e em cartas enviadas a políticos de prestígio regional e nacional. O debate sobre a questão racial e sobre o lugar dos negros na política e na nação ganhou as páginas dos principais periódicos brasileiros, de pequenos jornais locais e de operários.

Um jornalista do *Correio da Manhã* avaliou a situação, afirmando que a aglutinação de “todas as classes de homens de cor” em torno da candidatura de Monteiro Lopes só foi possível porque esse era um movimento que já vinha ocorrendo há muito tempo. Afinal, abolição e a república haviam aberto portas para os negros, que a partir de então deixaram de ser coisa para transformarem-se em cidadãos. Prova disso seriam os negros ilustres presentes naquele momento nos campos das ciências, das letras, das artes, do magistério, da medicina, da advocacia, da literatura e do comércio. Faltava apenas um lugar a ser desbravado: o congresso nacional, argumentou. Por isso é que, em 1909, de norte a sul da república havia ligas, clubes e associações onde indivíduos negros se reuniam



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

regularmente, convergindo “esforços para a formação de um forte partido político, chefiado pelo deputado negro, e por ele terçando as armas.” (CORREIO DA MANHÃ, 04/03/1909)

Esses textos — e os vários outros publicados na imprensa — sobre a eleição de Monteiro Lopes são bons exemplos do quanto alguns grupos compostos por negros naquele momento estavam empenhados em exprimir que o debate sobre a representação política formal também lhes dizia respeito. A mobilização alcançada também evidencia que os negros (ou ao menos parte deles, como lideranças, intelectuais e trabalhadores organizados) sabiam o quanto as demonstrações públicas de união e força eram importantes (NASCIMENTO, 2007, p. 308) para a conquista de espaços de visibilidade e expressão para suas demandas e projetos de poder.

Finalmente, em maio de 1909 Monteiro Lopes foi empossado e divulgou que viajaria as cidades das quais recebeu apoio para agradecer a mobilização. Mas, antes de partir fez questão de comemorar no seu reduto eleitoral: a capital da república. O deputado negro e seus companheiros, então, decidiram unir em uma só festa dois acontecimentos: o aniversário da abolição e a sua posse.

Portanto, como homem público, antes mesmo das polêmicas eleições de 1909, Monteiro Lopes já era uma figura bastante conhecida na capital da república, tendo sido alvo recorrente de ofensas raciais na imprensa, no teatro, e até em marchinha de carnaval. (ALENCAR, 1965, p. 71)

Além disso, em certa ocasião, Monteiro Lopes e sua esposa foram impedidos de entrar em um bar que ficava dentro do Pavilhão de Regatas, no bairro de Botafogo, pelo próprio dono do estabelecimento. De dentro do bar uma mulher branca, intelectual e boêmia, chamada Maria de Bragança e Melo, viu a cena e se dirigiu imediatamente para os lados do bairro da Saúde. Em pouco tempo retornou trazendo “(...) dentro de dois veículos, robustos estivadores, todos homens de cor preta, cerca de trinta que invadem, logo, o bar, sem que o seu arrendatário possa ter tempo de articular uma palavra de protesto”. (EDMUNDO, 1987, p. 255) Portanto, havia quem se opusesse publicamente a esse tipo de discriminação, denominada na época de “preconceito de cor”. No caso, uma mulher branca e um grupo de estivadores negros.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Mas o caso do bar do Pavilhão de Regatas não foi o único. Sabe-se que, pelo menos por mais uma vez, Monteiro Lopes teve sua entrada barrada em um hotel. O caso se deu na cidade de Pelotas, na ocasião de uma visita para agradecer o apoio a sua diplomado. Monteiro Lopes havia reservado um quarto no Hotel Grindlh e quando lá chegou foi informado que só poderia hospedar-se em um quarto junto à cozinha, como se fazia com os escravos domésticos. Monteiro Lopes dirigiu-se a outro hotel. (XAVIER, A ALVORADA, 15/03/1947)

Parece razoável afirmar, então, que a ascensão social conquistada e a ocupação de importantes espaços políticos por Monteiro Lopes despertaram a recorrência de tais ofensas. Como observou Isabel Lustosa, não importava se um indivíduo negro havia recebido educação formal, conquistado reconhecimento ou que fosse uma pessoa influente, era considerado antes de tudo um negro – anátema da inferioridade. E se tivesse alcançado destaque social ou ostentasse pose e orgulho publicamente, também era considerado fora do seu lugar. (LUSTOSA, 2007, p. 273; p. 281)

Mas é certo que esses ataques racistas não desanimaram Monteiro Lopes, que buscou combatê-los a partir da ascensão a cargos mais altos e da mobilização, principalmente de negros.

A revista ilustrada *Careta* foi um dos periódicos que mais publicaram troças dirigidas a Monteiro Lopes durante a campanha política de 1909, associando-o a aspectos negativos que iam desde a feiúra até a compra de votos, passando pela burrice, pelo legalismo e bajulação (CARETA, 09/01/1909)

Por vezes, as injúrias eram bastante diretas: “não foi possível publicar o retrato do provector Monteiro Lopes, porque o nosso fotógrafo teve a infeliz ideia de procurá-lo à noite. Bateu toda a cidade e o Dr. não foi visto.” (CARETA, 09/01/1909) Já em uma entrevista fictícia feita com Monteiro Lopes suas respostas foram satirizadas, fazendo-o parecer ridículo e pachola, sempre respondendo às perguntas ao pé da letra: “- E sobre a sucessão presidencial? - Entendo que deve continuar como está: de 4 em 4 anos.” (CARETA. 16/09/1909)

Suas principais bandeiras de luta em prol dos operários e do funcionalismo público,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

seus maiores aliados, também foram satirizadas. Seu programa político foi citado da seguinte forma: “reduzir a jornada de trabalho para 4 horas por dia com dois intervalos, um para o almoço outro para o jantar e dobrar os vencimentos do funcionalismo público, promovê-los, aposentá-los e conceder montepios a todas as suas famílias indiscriminadamente. (CARETA, 16/09/1909)

A publicação de caricaturas foi outro recurso bastante utilizado pela *Careta* em sua sistemática oposição à candidatura de Monteiro Lopes. A maior parte delas vinha acompanhada de frases explicativas marcadas pelo “falar arrevezado dos negros” que buscavam dar um tom ainda mais cômico ao desenho:

Dizem os intendentos que o preto não é cor. Logo Monteiro Lopes não é de cor.” (CARETA, 09/01/1909)

(...)

- Eu só voto no Monteiro Lope.

- Pois comigo não disso. Só voto em branco. (CARETA, 09/01/1909)

(...)

- Então, fica entendido, votamos em branco!

- Se todos do partido fizessem assim, o Monteiro Lopes rodava. (CARETA, 09/01/1909)

(...)

- Quá seu Mané Rapadura agora mêmo é que virou melado!

- E o que ganharam voxês cum isso?

- Que! (...)A crioulada juntou voto que não foi graça para tê um legítimo representante na Câmara. (CARETA, 06/02/1909)

A revista *Fon Fon* também publicou uma entrevista fictícia com Monteiro Lopes cujo tema eram suas pretensões como futuro deputado. Perguntado sobre o seu programa político, disse que não tinha um, mas que ia fazer muita coisa. O primeiro ato seria pedir a Mesa Diretora que mandasse abrir mais janelas na Câmara para ver “tudo claro”. Depois, disse que exigiria o fim dos votos em branco, entre outras medidas. Todas as pretensões apresentadas, na verdade, são troças racistas que fazem jogos semânticos com os binômios claro/escuro, preto/branco. Ao fim da entrevista, Monteiro Lopes afirmou que se não conseguisse aprovar suas idéias mandaria a Câmara “à preta dos pastéis...de Santa Clara.” (FON FON, 20/03/1909)

Embora a *Fon Fon* tenha dado menos destaque a Monteiro Lopes durante a campanha de 1909, publicou notas sobre ele com trocadilhos que aludiam ao binômio



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

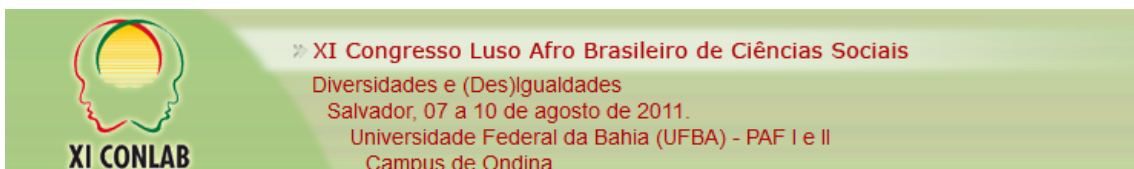
branco-negro. Em 9 de janeiro de 1909, por exemplo, publicou um pequeno texto fazendo que dizia: Dr. Monteiro Lopes — Infelizmente, não podemos atender o seu delicado pedido; nas próximas eleições pretendemos votar em branco. (FON FON, 09/01/1909) No dia 23 do mesmo mês, a revista voltou à carga: Dr. Monteiro Lopes — Se o seu programa é este, que nos anuncia, conte com o nosso voto. Pensamos consigo — o preto no branco e pronto. (FON FON, 23/01/1909)

No periódico *O malho* a sátira insinuou que haveria uma reação mais agressiva dos negros, caso Monteiro Lopes não fosse reconhecido como deputado. Com o título *Ameaça temive*, o periódico publicou o seguinte diálogo entre dois homens negros: — Que lá isso? Se o Seu Monteiro Lopes não sai deputado, eu faço um tarrimoto pió que o a Intália! — E dois! Branco seja eu, si os bonde da Laite e os lampeão não pagá o disafôro! (*O MALHO*, 13/02/1909)

Uma das poucas caricaturas que não foram publicadas acompanhadas de frases que reforçaram a mensagem transmitida pelo traço era tão explícita que não precisa de legenda: mostrava Monteiro Lopes pagando com cédulas a eleitores por seus votos. (*CARETA*, 09/01/1909)

Essa insistência em fazer referência aos negros através do sarcasmo e da ironia com o objetivo de fazer humor está ligada, segundo Isabel Lustosa, a uma tradição humorística brasileira. Essa tradição foi forjada em torno das particularidades culturais e raciais dos chamados “povos formadores” do Brasil. Desde os tempos coloniais, o branco (português ou nacional) buscou legitimar-se a partir da afirmação da (suposta) inferioridade dos não-brancos. (LUSTOSA, 2004, p. 269)

A revista *Careta* noticiou com surpresa o resultado oficioso das eleições de 1909. Monteiro Lopes, segundo a revista, teria saído vitorioso “por eleição insofismável — preto no branco”. (*CARETA*. 30/01/1909) A *Fon Fon* também fez troça com a vitória de Monteiro Lopes nas urnas através da publicação de várias notinhas. Uma duvidava do seu reconhecimento e aludiu ao seu eleitorado da seguinte forma: Se o Dr. Monteiro Lopes for eleito deputado, um dos seus primeiros cuidados será tratar da revisão do contrato da iluminação pública. S.S. excelência vê a cidade muito escura. (FON FON, 06/02/1909)



Outra dizia que seu programa na Câmara seria (...) tornar as coisas claras quando estiverem pretas. (FON FON, 06/03/1909) Entre outras (FON FON, 20/03/1909; 10/04/1909; 17/04/1909), uma das mais elaboradas saiu com o título Uma questão de preposições: Se o Sr. Monteiro Lopes for reconhecido e diplomado não será um representante da nação, mas, um representante de nação. (CARETA, 06/03/1909)

O tema continuou a ser explorado pela Careta através da publicação de inúmeras notas sobre o deputado recém eleito e, em função dos protestos em favor da diplomação de Monteiro Lopes, passou a acusar os próprios negros de estarem ensejando a discriminação e a segregação no país. E por falar em macacos, os pretos agora entenderam de fundar em nosso país uma coisa que não existia: o preconceito de cor. Os pretos querem fazer no Brasil o que os brancos fazem nos Estados Unidos: excluir os que não são negros do convívio racial. Está aí no que deu a intrigada feita em torno do caso Monteiro Lopes. O cronista imaginou o Brasil invertido, isto é, como uma sociedade segregada com os negros no lugar dos brancos, ironizando a ascensão de um negro à política e as conseqüências disso em termos de identificação racial e de possibilidade de ampliação de sua participação na sociedade.

Agora os brancos vão ver o que é perseguição: bondes à parte, restaurantes à parte, teatros à parte, e por qualquer crimesinho, um linchamento de todas as regras. Porque os negros perderam a paciência e querem o lugar que lhes compete: vão dar a nota. Isto quer dizer muita coisa entre as quais que o que hoje nós chamamos de cabelo ruim vai ser chamado agora de cabelo bom. Porque, enfim, isso não passa de uma simples convenção. (...) desde que se estabeleça que a cabeleira crespa ou torcida seja a boa, a que for lisa merecerá sem dúvida o nome de má cabeleira. Logo, fiquem sabendo os de cabelo chamado bom atualmente, que este mesmo cabelo brevemente vai ser chamado de ruim e será um estigma aviltante. (CARETA, 03/04/1909)

Essa onda de protestos que evidenciou publicamente a capacidade de mobilização, as possibilidades de ascensão social dos negros e orgulho racial também foram satirizados em quadrinhas:

(...)
Ougelê cubabá!
Vamu sahi da cacimba
Mostrá que a Cambra [Câmara] é marimba
Que preto pode tocá. (A TRIBUNA, 20/02/1909)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

- Seu Montero Lope stá inleito! Isto qué dizê que nois fiquemo na ponta...
- Tal i quá! Vou arranjá diploma de bacharé p'ra sê candidato a presidença...
- Sim, senhô! — E eu vou mi dimiti de conzinheiro p'ra mi presentá p'ra intendente! (O MALHO, 06/02/1909)

Entretanto, não se sabe se por alguma reclamação de Monteiro Lopes, de seus aliados ou de leitores, a revista *Careta* publicou uma nota na qual afirmava não ter nada contra a cor do político negro, que não combatiam nem implicavam com a cor de Monteiro Lopes. Somente queriam que ele não fosse reconhecido no lugar do candidato legitimamente eleito. (CARETA, 20/02/1909) De qualquer forma, fica evidente que o tipo de referência racial feita pela revista incomodava, ao menos, a uma parte dos leitores do periódico.

Os exemplos citados mostram o quanto alguns grupos compostos por negros se empenharam em exprimir que o debate sobre a república e sobre a questão racial cabia, sim, a ela e o quanto o acesso à educação formal era um desejo de vários projetos de liberdade e cidadania. Além disso, as próprias estratégias utilizadas para pressionar pelo reconhecimento de Monteiro Lopes permitem entrever que havia naquele momento um processo (ou processos) de identificação e aproximação racial, ainda que disperso. A mobilização alcançada também evidencia que os negros sabiam o quanto a união e as demonstrações públicas de força eram garantia para a luta contra a discriminação. (NASCIMENTO, 2007, p. 308)

Diante da afirmação de sua presença na política institucionalizada, Monteiro Lopes evidenciou que as relações raciais estavam muito longe da harmonia, criando oportunidades de dar visibilidade e expressar suas demandas

De acordo com um jornalista do *Correio da Manhã*, a aglutinação de (...) todas as classes de homens de cor” em torno da candidatura de Monteiro Lopes foi possível porque esse era um movimento que já vinha ocorrendo há muito tempo. Essa “explosão” permaneceu em “estado latente” desde a abolição, quando “ao negro foi concedido um lugar na humanidade (...) subindo na consideração geral e fazendo parte integrante da população da república, deixando de ser uma coisa para ser um cidadão”. A abolição e a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

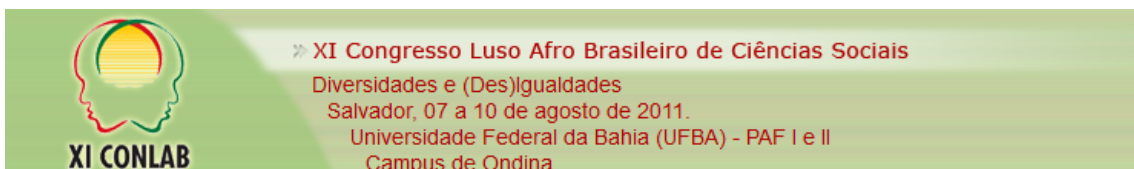
república haveriam aberto portas para os negros, prova disto seria a presença de negros ilustres nas ciências, nas letras, nas artes, no magistério, na medicina, na advocacia, na literatura e no comércio. Faltava apenas um lugar: o congresso nacional. Por isso é que, em 1909, de norte a sul da república havia ligas, clubes e associações onde indivíduos negros se agremiavam regularmente, convergindo “esforços para a formação de um forte partido político, chefiado pelo deputado negro, e por ele terçando as armas.” Essa busca por um lugar no parlamento seria a origem do prestígio de Monteiro Lopes em todos os estados da república.

De certo não deveria ser fácil lidar com tantas críticas e juízos negativos (quase sempre racistas), que provavelmente atingiam-no também em outros espaços e ocasiões, pelo menos desde os tempos do Conselho Municipal. Por várias vezes saíram notas na Careta e na Fon Fon de supostas reclamações do próprio deputado, de amigos seus e de leitores sobre esse tipo de referência de “mau gosto” a ele. As reclamações, é claro, foram tratadas com sarcasmo.

— Ora, vocês humoristas porque não deixam sossegado o Monteiro Lopes – dizia um amigo do deputado carioca a um escrivinhador dos semanários alegres.
— Como deixá-lo sossegado, Monteiro Lopes é uma mina...
— Um mina você quer dizer.
E foi desta vez que o amigo que fez o parlamentar alvo de pilhérias de mau gosto. Há tanto amigo urso!” (FON FON, 11/09/1909)

Parece mesmo que as pilhérias racistas e todas as acusações públicas desagradavam a Monteiro Lopes em demasia. Em uma carta que enviou ao presidente do Centro Etiópico Monteiro Lopes de Pelotas, Rodolpho Xavier, agradecendo o apoio e o envio do periódico da instituição, o deputado confessou que ainda não tinha se recuperado dos impedimentos para ser empossado. (XAVIER, 06/03/1932) Talvez por isso mesmo, tenha planejado desfrutar tão intensamente do prestígio alcançado com a sua diplomação. No 13 de maio de 1909, como vimos, comemorou publicamente, enfim, a chegada, pela porta da frente de um negro — que assumia orgulhosamente ser negro — à Câmara dos Deputados sob o regime republicano.

E o curioso mais interessante de se notar é que negros tenham sido tratados dessa



forma na imprensa até pouco tempo atrás (são apenas 102 anos) e que piadas, apelidos e xingamentos muito parecidos aos direcionados a Monteiro Lopes ainda sejam ouvidos nas escolas brasileiras, como têm demonstrado várias pesquisas contemporâneas.

3.

Monteiro Lopes transformou os efeitos potencialmente negativos do racismo em motivação para sua ascensão no mundo dominante e morreu acreditando que os negros deveriam abrir brechas, criar e ampliar oportunidades. Considerava a integração “dentro da ordem” um projeto possível, articulado aos sentidos que conferiu à idéia de liberdade, concretizada na abolição da escravidão e na implantação do regime republicano. Tomou partido dos “seus irmãos” e incorporou o papel de “líder dos negros”, identificando-se publicamente e orgulhosamente como negro.

Embora identificado com as regras da sociedade dominante e motivado pela conquista do acesso a instituições de prestígio - como a Faculdade de Direito do Recife, o Conselho Municipal do Distrito Federal e a Câmara de Deputados -, não se pode dizer que aderiu simplesmente aos valores do grupo dominante e descartou, via embranquecimento, sua origem ou condição racial. Até porque tinha consciência de que a abolição, a república e o acesso à educação formal não haviam eliminado as barreiras raciais por experiência própria. Político e advogado, Monteiro Lopes viveu de forma exemplar o que Paul Gilroy denominou de dupla consciência. (GILROY, 2001)

Portanto, mesmo subordinados à escravidão e sujeitos posteriormente à discriminação racial, os negros encontraram estratégias de reconstrução de suas identidades e de seu próprio valor nos mais diversos aspectos da vida. (ABREU; DANTAS, 2007). E é nesse sentido que Monteiro Lopes deve ser compreendido. Como um exemplo da ação política dos afrodescendentes no pós-abolição. Ao lado de outros, lutou pela ampliação da dos significados da liberdade, igualdade e cidadania, mesmo que os ganhos sociais e políticos resultantes tenham sido formalmente restritos.

Portanto, partir da trajetória de Monteiro Lopes, e de tantos outros personagens históricos negros ainda a serem descobertos pelos historiadores, é possível desenvolver em sala de aula vários temas e questões relativos fundamentais a uma educação antirracista.



» **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina